

TERMO DE REFERÊNCIA

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LEI 14.133/2021.

1. O OBJETO

- 1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução integral das obras de reforma e ampliação de 07 unidades escolares, construção de 01 nova unidade escolar e construção de 04 quadras poliesportivas, no Município de Delmiro Gouveia/AL, conforme condições, quantidades, projetos, memoriais, planilhas, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes da contratação.
- 1.2.** Para fins de organização técnica, orçamentária e de acompanhamento da execução, o objeto encontra-se estruturado nos seguintes blocos de serviços, sem prejuízo da contratação, julgamento e adjudicação de forma global:
- a) Bloco de serviços I – Reformas e ampliações de unidades escolares;
 - b) Bloco de serviços II – Construção de nova unidade escolar;
 - c) Bloco de serviços III – Construção de quadras poliesportivas.
- 1.3.** A divisão acima possui finalidade exclusivamente organizacional, não caracterizando parcelamento do objeto para fins de disputa, adjudicação ou contratação autônoma, uma vez que o certame será processado pelo critério de menor preço global, com adjudicação a uma única empresa executora.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 25.442.856,26**, SENDO: Bloco de Serviços I é de R\$ 16.860.889,44 (dezesseis milhões e oitocentos e sessenta mil e oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), Bloco de Serviços II é de R\$ 5.336.044,27 (cinco milhões e trezentos e trinta e seis mil e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos) e Bloco de Serviços III é de R\$ 3.245.922,55 (três milhões e duzentos e quarenta e cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos) conforme custos unitários descritos nos quadros abaixo.

Av. Presidente Castelo Branco, 554 – Centro – Delmiro Gouveia – Alagoas - CEP 57480-000

Bloco de Serviços I

REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DUQUE DE CAXIAS, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL	R\$ 1.485.382,74
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA GAUDÊNCIO MARTINS LISBOA, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL	R\$ 2.292.580,20
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SÃO JOSÉ, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL	R\$ 2.916.889,03
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE ANCHIETA, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL	R\$ 1.928.829,26
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOSÉ GOMES CALAÇA, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL	R\$ 2.572.027,37
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA RUI BARBOSA, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL	R\$ 2.161.951,83
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOÊMIA BANDEIRA, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL	R\$ 3.503.229,01
SUBTOTAL:	R\$ 16.860.889,44

Bloco de Serviços II

CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA IRMÃ DULCE, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL	R\$ 5.336.044,27
SUBTOTAL:	R\$ 5.336.044,27

Bloco de Serviços III

CONSTRUÇÃO DE QUADRA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MANOEL MENEZES, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – AL	R\$ 697.143,82
CONSTRUÇÃO DE QUADRA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOÊMIA BANDEIRA, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – AL	R\$ 924.630,26
CONSTRUÇÃO DE QUADRA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EUDÓCIA VANDERLEI, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – AL	R\$ 924.630,26
CONSTRUÇÃO DE QUADRA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA RAIMYSON SILVA NASCIMENTO, NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – AL	R\$ 699.518,21
SUBTOTAL:	R\$ 3.245.922,55

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por objeto a seleção de empresa especializada no ramo da construção civil para **execução integral** das obras de reforma e ampliação de 07 unidades escolares, construção de 01 nova unidade escolar e construção de 04 quadras poliesportivas, no Município de Delmiro Gouveia/AL, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo.

Para fins de organização técnica, orçamentária, gerencial e de acompanhamento da execução, o objeto encontra-se estruturado em blocos de serviços, conforme detalhamento constante no tópico anterior de Especificações e Estimativa da Contratação, sem prejuízo da contratação, julgamento e adjudicação de forma global.

A estruturação do objeto em Bloco de Serviços I — Reformas e ampliações de unidades escolares, Bloco de Serviços II — Construção de nova unidade escolar e Bloco de Serviços III — Construção de quadras poliesportivas possui finalidade exclusivamente organizacional, técnica, orçamentária e gerencial, não caracterizando parcelamento do objeto para fins de disputa, julgamento, adjudicação ou contratação autônoma.

A contratação será processada por meio de **Concorrência Eletrônica**, com critério de julgamento pelo **menor preço global** da contratação, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e nos demais documentos integrantes do processo.

A adjudicação será realizada de forma global a uma única empresa executora, a qual deverá apresentar proposta contemplando a integralidade do objeto, abrangendo todos os blocos de serviços previstos neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação.

Não será admitida proposta parcial restrita a apenas um ou alguns blocos de serviços, tendo em vista a necessidade de execução integrada, padronização técnica, compatibilização de cronograma, racionalização da fiscalização, uniformidade de soluções construtivas e adequada gestão contratual.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente descrição da necessidade refere-se ao estado precário das infraestruturas das unidades escolares: E.M.E.B. JOSÉ GOMES CALAÇA, E.M.E.B. DUQUE DE CAXIAS, E.M.E.B. SÃO JOSÉ, E.M.E.B. PADRE ANCHIETA, E.M.E.B. NOÊMIA BANDEIRA, E.M.E.B. RUI BARBOSA e E.M.E.B. GAUDÊNCIO MARTINS LISBOA, localizadas no município de Delmiro Gouveia.

Após o período chuvoso, foi identificado que essas escolas apresentam problemas significativos de infiltração nos telhados e calhas, além de falhas nas instalações elétricas, evidenciando curtos-circuitos. Também foi constatada a presença de cupins no madeiramento das estruturas, indicando comprometimento adicional da segurança das edificações.

Esses problemas estruturais refletem uma condição inadequada para a oferta de um ambiente escolar seguro e propício ao aprendizado. A deterioração das instalações pode inviabilizar as atividades educacionais, colocando em risco a integridade física de alunos e funcionários, além de afetar negativamente a qualidade do ensino. Com a recente ampliação das turmas em tempo integral, mediante a implementação de novas classes, a urgência de resolver tais questões torna-se ainda mais premente.

Verificou-se ainda a necessidade de **construção de uma nova unidade escolar EMEB. IRMÃ DULCE**, tendo em vista que determinada escola da rede municipal funciona atualmente em imóvel alugado, o qual não atende plenamente às condições pedagógicas, de acessibilidade, segurança e dimensionamento adequados para funcionamento permanente de uma instituição pública de ensino. A implantação de sede própria permitirá melhor estruturação da rede, redução de custos contínuos com locação e oferta de ambiente apropriado ao desenvolvimento educacional.

Constatou-se também que quatro unidades escolares não dispõem de espaço adequado para a prática de atividades esportivas e recreativas, inexistindo quadras poliesportivas. Tal carência compromete o desenvolvimento físico, social e pedagógico dos estudantes, especialmente nas atividades de educação física e programas de tempo integral,

tornando necessária a **construção de 04 quadras poliesportivas escolares**, de modo a proporcionar condições adequadas às práticas esportivas e à convivência escolar das escolas: ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MANOEL MENEZES, ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOÊMIA BANDEIRA, ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EUDÓCIA VANDERLEI e ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO BÁSICA RAIMYSON SILVA NASCIMENTO.

O atendimento a esta necessidade está alinhado com o interesse público, uma vez que garantirá o direito à educação de forma digna, segura e com infraestrutura adequada para toda a comunidade escolar.

Cada intervenção possui levantamento técnico, memorial descritivo, projeto e orçamento individualizado, demonstrando sua viabilidade, necessidade e composição própria de custos. Para fins de organização técnica, orçamentária e de acompanhamento da execução, as intervenções encontram-se agrupadas em blocos de serviços, sem que isso caracterize parcelamento do objeto para disputa, julgamento, adjudicação ou contratação autônoma, conforme já definido nas condições gerais da contratação.

5. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

5.1. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do serviço encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, ambientais, de segurança, acessibilidade, sustentabilidade e desempenho necessários à adequada

execução das obras de reforma, ampliação e construção de unidades escolares, bem como das quadras poliesportivas vinculadas à rede municipal de ensino, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação.

- 7.2. A execução do objeto deverá ocorrer em estrita conformidade com os projetos de engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, normas técnicas aplicáveis e demais documentos da contratação, os quais deverão orientar a execução, a fiscalização, a medição e o recebimento dos serviços.
- 7.3. As intervenções nas unidades escolares existentes deverão contemplar os serviços previstos para cada unidade nos respectivos documentos técnicos, incluindo, quando definido em projeto, recuperação estrutural, adequação de coberturas, instalações elétricas e hidrossanitárias, acessibilidade, ventilação, conforto térmico, funcionalidade dos ambientes pedagógicos e melhoria das condições de uso das edificações.
- 7.4. A construção de nova unidade escolar deverá observar os parâmetros técnicos definidos nos projetos e memoriais, contemplando os ambientes necessários ao funcionamento regular da unidade, tais como salas de aula, área administrativa, cozinha, refeitório, sanitários, áreas de convivência, circulação, apoio operacional e demais dependências previstas nos documentos técnicos da contratação.
- 7.5. As quadras poliesportivas deverão ser executadas conforme os projetos e especificações técnicas correspondentes, observando-se a solução prevista para cada unidade, inclusive quanto à existência ou não de cobertura, piso esportivo, iluminação, drenagem, acessibilidade, segurança de uso e demais elementos necessários à funcionalidade das atividades físicas, esportivas, recreativas e eventos escolares.
- 7.6. Todas as edificações, ampliações, reformas e quadras deverão atender às normas técnicas vigentes aplicáveis à segurança, acessibilidade, estabilidade, resistência estrutural, instalações prediais, conforto térmico, desempenho dos materiais e demais exigências pertinentes às obras e serviços de engenharia.
- 7.7. A contratada deverá empregar materiais de qualidade compatível com as especificações técnicas, mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, insumos e procedimentos executivos adequados à natureza dos serviços,

respondendo pela conformidade técnica, segurança, durabilidade, funcionalidade e acabamento das obras executadas.

- 7.8.** Os sistemas de iluminação dos ambientes internos, externos e das quadras deverão ser executados conforme os projetos e especificações técnicas, observando critérios de eficiência, segurança, desempenho e adequação ao uso previsto para cada espaço.
- 7.9.** A execução dos sistemas de drenagem deverá observar os projetos e especificações técnicas, de modo a evitar acúmulo de água, erosões, danos aos pisos, prejuízos à circulação e comprometimento da utilização das áreas externas e das quadras, quando aplicável.
- 7.10.** A execução do objeto deverá observar critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza das obras e serviços de engenharia, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao desenvolvimento nacional sustentável, à eficiência no uso de materiais e recursos, à redução de desperdícios, à adequada destinação dos resíduos gerados, à organização do canteiro de obras e à mitigação de impactos ao entorno das unidades escolares.
- 7.10.1.** Deverão ser priorizadas, quando previstas nos projetos, memoriais ou especificações técnicas, soluções que favoreçam durabilidade, facilidade de manutenção, eficiência energética, conforto térmico, segurança de uso e redução de custos de conservação futura.
- 7.10.2.** A contratada deverá manter o canteiro de obras organizado, sinalizado e em condições adequadas de segurança, limpeza e controle de resíduos, evitando deposição irregular de materiais, obstrução de acessos, geração excessiva de poeira, ruídos desnecessários e demais interferências incompatíveis com o funcionamento das unidades escolares ou com o entorno.
- 7.10.3.** A adoção de critérios de sustentabilidade não poderá implicar alteração unilateral dos projetos, memoriais, planilhas ou especificações técnicas, devendo eventual substituição de material, método executivo ou solução construtiva ser previamente submetida à fiscalização e formalmente autorizada pela Administração, quando tecnicamente cabível.
- 7.11.** A execução dos serviços deverá observar as condições de funcionamento das unidades escolares, quando aplicável, de modo a preservar a segurança de alunos, servidores, usuários e trabalhadores, bem como a organização das frentes de

serviço, a sinalização do canteiro e as orientações da fiscalização.

- 7.12. A contratada deverá entregar, ao final da execução, quando aplicável, orientações básicas de uso, conservação e manutenção preventiva das edificações, quadras, instalações e equipamentos implantados, inclusive com indicação de cuidados necessários à adequada utilização dos novos espaços pela equipe responsável pela gestão das unidades escolares, com vistas à preservação do patrimônio público, ao melhor aproveitamento das estruturas e ao prolongamento da vida útil das obras.
- 7.13. Os espaços de convivência, áreas complementares e demais ambientes previstos deverão ser executados conforme projetos e memoriais, de modo compatível com a finalidade educacional, a integração escolar e comunitária, a segurança dos usuários e a adequada utilização das unidades pela rede municipal de ensino.
- 7.14. Os requisitos específicos relativos à vistoria, garantias, subcontratação, critérios de regionalidade, modelo de execução, gestão contratual, medição, pagamento e recebimento do objeto serão disciplinados nos tópicos próprios deste Termo de Referência e no edital, sem prejuízo da observância dos projetos, memoriais, especificações técnicas e demais documentos integrantes da contratação.

8. DAVISTORIA

8.1. Será facultado aos interessados realizar vistoria prévia no local de execução dos serviços, com a finalidade de conhecer as condições físicas, acessos, interferências, características da área, entorno, logística de materiais e demais peculiaridades que possam influenciar na formulação da proposta e na futura execução contratual.

8.2. A vistoria, quando realizada, deverá ser previamente agendada junto à Administração Municipal, por meio do e-mail **seplanpmdg@gmail.com**, podendo ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, das **08h às 14h**, conforme disponibilidade administrativa e nos prazos estabelecidos no edital.

8.3. O prazo para solicitação, agendamento e realização da vistoria será disciplinado no edital, observada a necessidade de assegurar isonomia entre os interessados, organização administrativa e prazo razoável para formulação das propostas.

8.4. Sempre que necessário e conforme disponibilidade da Administração, poderão ser disponibilizadas datas e horários distintos aos interessados, de modo a preservar a competitividade, a igualdade de condições e a organização do procedimento.

8.5. Para a vistoria, o representante legal, responsável técnico ou profissional indicado pela empresa deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento de identidade civil e documento que comprove sua vinculação ou autorização para representar a licitante.

8.6. A realização da vistoria não constitui condição obrigatória para participação no certame. Caso a licitante opte por não realizá-la, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico ou representante legal, atestando o conhecimento das condições e peculiaridades do local de execução e a responsabilidade pela formulação da proposta com base nos projetos, memoriais, especificações técnicas, planilhas e demais documentos da contratação.

8.7. A ausência de vistoria prévia, quando substituída pela declaração de conhecimento das condições locais, não poderá ser utilizada pela contratada como fundamento para posteriores alegações de desconhecimento do local, das condições de acesso, das interferências existentes, da logística de execução, das características da área ou de quaisquer circunstâncias que pudessem ser verificadas previamente ou inferidas a partir dos documentos técnicos disponibilizados.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Será exigida a garantia da proposta de 1% de acordo com o Art 58, nas formas que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021,

9.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10(dez) dias úteis no caso de fracasso de licitação, e 5(cinco) dias nas demais situações.

9.3. Será exigida garantia de execução de 5% de acordo com o Art. 98, nas formas que trata os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

9.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

9.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

9.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

10.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

10.1.2. A subcontratação fica limitada a 10% do valor total contratado.

10.1.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

11.1. Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 062/2026, no que couber, e nas demais normas aplicáveis.

11.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar da licitação em igualdade de condições com os demais licitantes, usufruindo dos benefícios legais cabíveis, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista, ao critério de desempate e demais prerrogativas previstas na legislação aplicável.

11.3. Para fins de desempate, será assegurada preferência de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem proposta até 5% superior à proposta mais bem classificada, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as regras e procedimentos definidos no edital.

11.4. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo legal para regularização, na forma prevista na Lei Complementar nº 123/2006 e no edital, sem prejuízo da necessidade de apresentação de toda a documentação exigida para fins de habilitação.

11.5. O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser comprovado na forma prevista no edital, cabendo à licitante declarar sua condição e apresentar a documentação exigida, sem prejuízo da responsabilidade por eventual declaração falsa, desenquadramento indevido ou perda

superveniente dos benefícios legais.

11.6. As demais regras relativas ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte serão disciplinadas no edital, observada a legislação aplicável.

12. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE REGIONALIDADE NO CERTAME

- 12.1.** Aplicar-se-ão os critérios de regionalidade no presente certame, nos termos da justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, da Lei nº 14.133/2021, da legislação aplicável ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, do Decreto Municipal nº 062/2026 e das regras a serem estabelecidas no edital.
- 12.2.** A prioridade de contratação será aplicada às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido, observadas as condições, a ordem de preferência e os procedimentos estabelecidos na legislação aplicável, na regulamentação municipal e no edital.
- 12.3.** A prioridade será aplicada inicialmente às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Delmiro Gouveia/AL. Não havendo ME/EPP local em condições de contratação dentro do limite previsto, poderá ser considerada a prioridade em favor de ME/EPP regional e, em último caso, de ME/EPP sediada em demais municípios do Estado de Alagoas, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 062/2026 e pelo instrumento convocatório.
- 12.4.** A prioridade local ou regional somente será aplicada às licitantes que comprovarem, na forma definida no edital, o respectivo enquadramento e a condição de empresa sediada local ou regionalmente, conforme os critérios estabelecidos no instrumento convocatório e na legislação aplicável.
- 12.5.** Registra-se que o Decreto Municipal nº 062/2026 prevê que, nas compras públicas ou contratações de serviços e obras cujos valores excederem os limites da Lei Complementar nº 123/2006, deverá a Administração justificar no Estudo Técnico Preliminar as vantagens da aplicação dos critérios de regionalidade, desde que demonstrado que não haverá prejuízo à

competitividade do processo licitatório nem à eficiência do respectivo contrato, podendo o edital prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra. No presente caso, tal justificativa foi desenvolvida no ETP, com indicação da existência de microempresas e empresas de pequeno porte locais e regionais com atuação compatível com a natureza do objeto.

12.6. A regionalidade ora aplicada não constitui reserva de mercado, restrição indevida à competitividade ou dispensa do cumprimento das exigências de habilitação. Todas as licitantes poderão participar do certame, cabendo à Administração aplicar os critérios previstos na legislação, na regulamentação municipal e no edital apenas quando configurados os pressupostos correspondentes, preservadas a isonomia, a ampla participação de interessados, a seleção da proposta mais vantajosa, a economicidade, a eficiência e a adequada execução do objeto.

12.7. A aplicação da prioridade local ou regional será operacionalizada na forma definida no edital, observados os critérios de convocação, a ordem de preferência, as hipóteses de equivalência de propostas, os procedimentos de desempate, a análise da exequibilidade da proposta e a comprovação integral das condições de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica.

13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, observadas as disposições editalícias, a disponibilidade orçamentária e financeira e as condições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

13.1.1. O prazo de execução dos serviços será contado a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, emitida pela Administração, conforme cronograma físico-financeiro, projetos, memoriais, especificações técnicas e demais documentos integrantes da contratação.

13.1.2. Eventuais prorrogações de prazo deverão ser devidamente justificadas,

formalizadas nos autos e limitadas ao tempo necessário para a adequada conclusão do objeto, observadas as hipóteses legais aplicáveis, a manutenção da vantajosidade, o interesse público e as condições previstas no contrato.

- 13.2. Havendo necessidade, a contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação aplicável.
- 13.3. O instrumento contratual ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis à vigência, ao prazo de execução, às hipóteses de prorrogação, às alterações contratuais e às demais condições necessárias à adequada execução do objeto.

14. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

- 14.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

14.2. Forma de execução

- 14.2.1. O serviço objeto será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
- 14.2.2. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2.3. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.
- 14.2.4. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, acompanhada dos seguintes

documentos:

- Planilha de Custos e Formação de Preços;
- Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
- Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.
- Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.1. A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- 15.1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 15.1.3.** No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.4.** No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no

Registro onde tem sede a matriz;

- 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 15.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da

Fazenda Nacional;

- 15.2.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- 15.2.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
- 15.2.6.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8.** Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10.** Quando houver subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte prevista no edital, a licitante melhor classificada deverá apresentar, na forma e no momento definidos no instrumento convocatório, a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista da subcontratada, ainda que exista restrição, aplicando-se o prazo legal para regularização, quando cabível.

15.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- 15.3.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 15.3.2.** Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 15.3.3.** Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 15.3.4.** Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.3.5.** As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 15.3.6.** As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 15.3.7.** Declaração, assinada por profissional da área contábil devidamente

registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

Ativo Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

Ativo Total

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

15.3.8. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

15.3.9. As empresas que apresentarem resultado inferior ao mínimo exigido em quaisquer dos índices econômico-financeiros deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor total da proposta, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta por índices oficiais.

15.3.10. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

15.4. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

- 15.4.2.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
- 15.4.3.** Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);
- 15.4.4.** Comprovação de aptidão técnica-operacional para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 15.4.5. Para os Blocos de Serviços I, II e III, as parcelas de maior relevância técnica compreendem:**
- 15.4.5.1. Execução de estrutura metálica para cobertura C/VIGAS-TRELIÇA PRATT UDC75 E TERÇAS EM UDC 127, 2 ÁGUAS, SEM LANTERNIN, VÃOS 6,0 A 10,0M, PINTADO 1 D OXIDO FERRO + 2 D ESMALTE EPÓXI BRANCO, EXCETO FORN. TELHAS.*
- 15.4.5.2. TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.*
- 15.4.5.3. Execução de sistemas de vedação vertical em alvenaria estrutural, bloco de concreto, painel pré-moldado, parede alveolar de concreto ou tecnologia equivalente, desde que atendidos os requisitos de desempenho previstos nas normas técnicas aplicáveis.*
- 15.4.5.4. Trama de aço composta por terças para telhados de até 2 águas para telha ondulada de fibrocimento, metálica, plástica ou termoacústica, incluso transporte vertical. Af_07/2019 – quantidade mínima 720,48 m².*
- 15.4.5.5. Telhamento com telha de aço/alumínio e = 0,5 mm, com até 2 águas, incluso içamento. Af_07/2019– quantidade mínima 750,36 m².*
- 15.4.5.6. Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes com diametro 2", travessas e escoras com diâmetro 1 ¼), com tela de arame galvanizado, fio 14 bwg e malha quadrada 5x5cm (exceto mureta). Af_03/2021 – quantidade mínima*

396,77 m².

- 15.4.6.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.
- 15.4.7.** A comprovação da capacidade técnico-profissional deverá ocorrer mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico — CAT, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica — ART ou Registro de Responsabilidade Técnica — RRT, expedida pelo CREA ou CAU competente, em nome de profissional legalmente habilitado, compatível com as parcelas de maior relevância técnica da contratação, especialmente aquelas indicadas nos item **15.4.5**, conforme as atribuições profissionais pertinentes.
- 15.4.8.** O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 15.4.9.** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 15.4.10.** Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
- 15.4.11.** Os atestados ou certidões que não possuírem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.
- 15.5.** Além dos documentos previstos nos itens anteriores, a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 15.5.1.** Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.2.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

- 15.5.3.** Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, na forma do art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 16.1.** O início da execução dos serviços dar-se-á a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, emitida pela Administração, momento a partir do qual passam a vigorar os prazos contratuais estabelecidos;
- 16.2.** Os serviços serão executados no Município de Delmiro Gouveia/AL, abrangendo unidades escolares situadas tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme definido no projeto básico, memoriais descritivos e demais documentos técnicos que integram o processo, podendo envolver localidades com acesso por estradas vicinais e condições variáveis de trafegabilidade;
- 16.3.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e com a qualidade exigida nas especificações técnicas, responsabilizando-se pela sua adequada utilização, manutenção e substituição sempre que necessário;
- 16.4.** O prazo de garantia contratual dos serviços será aquele estabelecido na legislação vigente, em especial na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de garantias adicionais previstas em normas técnicas aplicáveis ou no contrato.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de

execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.6. Preposto

- 17.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 17.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo período de execução do contrato;
- 17.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade;

17.7. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

17.8. Fiscalização Técnica

- 17.8.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 17.8.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.8.3.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 17.8.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 17.8.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação Fiscalização Administrativa contratual.
- 17.8.6.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 17.8.7.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

17.9. Gestor do Contrato

- 17.9.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.9.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.9.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.9.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.9.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.9.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.9.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de

contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios ou vinculados consignados no Orçamento Geral do Município de Delmiro Gouveia/AL, observada a disponibilidade orçamentária e financeira correspondente.
- 18.2.** A indicação da dotação orçamentária específica será realizada pelo setor competente no momento oportuno da instrução processual, especialmente antes da formalização do contrato ou instrumento equivalente, nos termos da legislação vigente e das normas orçamentárias aplicáveis.
- 18.3.** Caso a execução contratual ultrapasse o exercício financeiro vigente, a dotação relativa aos exercícios subsequentes será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes, podendo ser formalizada mediante apostilamento, quando cabível.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1.** O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.

- 19.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 20.2.1.** o prazo de validade;
 - 20.2.2.** a data da emissão;
 - 20.2.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 20.2.4.** o período respectivo de execução do contrato;
 - 20.2.5.** o valor a pagar; e
 - 20.2.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

- 20.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5.** Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.7.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.10.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.13.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao

Av. Presidente Castelo Branco, 554 – Centro – Delmiro Gouveia – Alagoas - CEP 57480-000

tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas necessidades da Administração, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, servindo como instrumento orientador para a contratação pretendida.

Delmiro Gouveia-AL, 19 de maio de 2026.



Código de verificação: **7DVT-EE5U-AIZS-QZVK**

Documento capturado em 19/05/2026 12:31:45 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

Hash (SHA256): 59e4d2bc99e2ceb5f7e5ebbbb31a93b9fac7e89e003bd8cf99a92cd9d599e

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

<https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade/7DVT-EE5U-AIZS-QZVK>.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ROMÁRIO SOARES GOMES** (***.584.404-**),
Secretário(a) de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em
19/05/2026 12:26:30 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei nº 1.379/2022
de 19 de dezembro de 2022. IP: 168.181.113.167



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS RAMOS TORRES** (***.324.874-**),
Engenheiro Civil, em 19/05/2026 12:27:32 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I,
da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. IP: 168.181.113.167



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIA GUEDES OLIVEIRA** (***.900.374-**),
**Secretário(a) Adjunto(a) de Planejamento, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e
Comércio**, em 19/05/2026 12:31:45 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei
nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. IP: 168.181.113.167



Para verificar a validade da(s) assinatura(s), acesse o site <https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade>
informando o identificador: **7DVT-EE5U-AIZS-QZVK**.

Documento assinado digitalmente pelo Município de Delmiro Gouveia, conforme medida provisória nº 2.200-2
de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço: <https://validar.iti.gov.br>.